

TRABALHO E ENSINO NO PERÍODO COLONIAL BRASILEIRO: DISCUSSÕES PRELIMINARES

Alexandre Shigunov Neto
Lizete Shizue Bomura Maciel

Resumo

O objetivo deste texto é apresentar a concepção de trabalho na primeira fase do processo de colonização e povoamento do Brasil, tomando como ponto de partida o Projeto Português para o Brasil e o Projeto Educacional Jesuítico. Convencionou-se adotar neste trabalho, para uma melhor compreensão do processo de colonização do Brasil, a seguinte divisão do período colonial brasileiro: 1) primeira fase da colonização – compreendido entre o período denominado de descobrimento e, aproximadamente, os primeiros 65 anos da Colônia; 2) segunda fase da colonização – período da Reforma Pombalina e o fim do Projeto Jesuítico no Brasil; 3) terceira fase da colonização – da Reforma Pombalina até a vinda da Família Real para o Brasil.

Palavras-chave: trabalho, educação, ensino, período colonial

Abstract

The concept of work during the first phase of the colonization and settlement in Brazil is provided. The starting point will be the Portuguese government's and the Jesuits' Educational Project for Brazil. As a rule, the following division is given for the Brazilian colonial period: 1) first colonization phase ranges from the Discovery Period up to approximately sixty-five years of colonial rule; 2) the second colonization comprises the period of Pombal's Reform and the end of the Jesuits' Educational Project in Brazil; 3) the third colonization phase starts from Pombal's Reform up till the arrival of the Portuguese Royal Family in Brazil.

Key words: work, education, teaching, colonial period.

Considerações iniciais

O objetivo deste texto é apresentar a concepção de trabalho na primeira fase do processo de colonização e povoamento do Brasil, tomando como ponto de partida o Projeto Português para o Brasil e o Projeto Educacional Jesuítico. Convencionou-se adotar neste trabalho, para uma melhor compreensão do processo de colonização do Brasil, a seguinte divisão do período colonial brasileiro: 1) primeira fase da colonização – compreendido entre o período denominado de descobrimento e, aproximadamente, os primeiros 65 anos da Colônia; 2) segunda fase da colonização – período da Reforma Pombalina e o fim do Projeto Jesuítico no Brasil; 3) terceira fase da colonização – da Reforma Pombalina até a vinda da Família Real para o Brasil.

A compreensão de um determinado período da história brasileira, em especial o período colonial, deve sempre levar em consideração a época histórica que se está analisando, procurando compreender os problemas e inquietações dos homens da época. Ou seja, deve-se compreender a dinâmica da sociedade.

A análise da dinâmica da sociedade, das transformações sociais, das necessidades humanas e das instituições sociais do período colonial brasileiro irá proporcionar subsídios para a compreensão do processo histórico brasileiro e de sua atual constituição.

A análise do início do período colonial brasileiro justifica-se por representar o início da organização da nova sociedade, chamada Brasil, e de sua influência para a vida política, econômica, social e cultural que irão se formar e consolidar em anos posteriores. Desse modo, a Colônia e suas peculiaridades irão influenciar o desenvolvimento da cultura e nação brasileira.

Pretendemos demonstrar que as críticas efetuadas por Fernando de Azevedo ao período colonial, e em especial, a estrutura escolar fundada pelos padres jesuítas no Brasil tomam-se inconsistentes levando-se em consideração quatro aspectos: 1) os objetivos do Projeto Português para o Brasil; 2) o Projeto Educacional Jesuítico; 3) a própria estrutura social brasileira da época; 4) e o modelo de homem necessário para a época colonial.

O processo de colonização e povoamento do Brasil

O processo de colonização é constituído por dois elementos básicos: a metrópole – nação que descobriu e conquistou a posse das terras do novo território e a colônia – que é a nação conquistada. A colonização é um processo amplo, que envolve dominação e povoamento das terras conquistadas, já o processo de povoamento envolve o assentamento de pessoas nas terras da Colônia.

O processo de colonização e povoamento do Brasil, propriamente dito, apenas teve início 50 anos após seu descobrimento, em função dos próprios objetivos e necessidades da Coroa Portuguesa, que apesar de reconhecer

a existência de terras férteis em abundância parecia, à primeira vista, convite à pequena exploração agrícola. Mas se Gandavo afirmava que “a felicidade e aumento desta terra consiste em ser povoada de muita gente” e que “não havia de haver pessoa pobre nestes Reinos que não fosse viver a estas partes com favor de S. A. onde os homens vivem todos abastados”, a agricultura de subsistência não foi o interesse predominante da exploração de novas terras. Ao longo de três séculos a colonização portuguesa objetivaria primordialmente acumulação de riquezas e fortalecimento do Estado, através da produção para o mercado europeu. (Ferlini,1988,p.14)

Assim, para compreensão do processo de colonização e povoamento da Colônia brasileira, é necessário analisar o Projeto Português para o Brasil formulado por Dom João III. A colonização da América e, especialmente, do Brasil foi um processo amplo em que

realmente a colonização portuguesa na América não é um fato isolado, a aventura sem precedente e sem seguimento de uma determinada nação empreendedora; ou mesmo uma ordem de acontecimentos, paralela a outras semelhantes, mas independentes delas. (...) A consideração de tudo isto, no caso vertente, é tanto mais necessária que os efeitos de todas aquelas circunstâncias iniciais e remotas, do caráter que Portugal, impellido por elas, dará à sua obra colonizadora, se gravarão profunda e indelevelmente na formação e evolução do país. (Prado Júnior,1999,p.20-21)



O momento histórico vivido entre o descobrimento e a colonização do Brasil é um período de transição nos países europeus, a transição entre as relações mercantis, fundamentada no feudalismo e as relações manufatureiras, expressa pela classe em ascensão, a burguesia.

O século XVI é marcado pela crise da Europa, sendo que os países procuram alternativas para contornarem a crise presenciada, a Inglaterra, por exemplo, investe na industrialização, já Portugal e a Espanha, investem na expansão marítima.

Como afirma Novais (1986), a colonização europeia no período compreendido entre os descobrimentos e a Revolução Industrial é fundamentada no sistema colonial do mercantilismo, sendo as colônias fatores de desenvolvimento econômico das metrópoles.

O Projeto Português foi um projeto ambicioso e de proporções consideráveis, que tinha como objetivo geral fortalecer o poder do Reino português e minimizar a crise interna vivida pelo Rei Dom João III. O projeto em questão pretendia solucionar problemas e conflitos internos e externos de Portugal. Tanto o Projeto Português como as iniciativas das demais nações nesse período "que se convencionou com razão chamar dos "descobrimientos", articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. (Prado Júnior, 1999,p.22)

O Projeto Português pode ser dividido em duas partes: 1) parte geral – destinada a solucionar os problemas internos de Portugal – caracterizado por um processo de expansão territorial através da marinha mercantil, de acumulação de riquezas e de minimização do despovoamento de Portugal e a crise da escassez de produtos; 2) parte específica para o Brasil – destinada a colonizar e povoar a Colônia brasileira – caracterizado por atitudes que visavam solucionar os problemas dos saques e furto por estrangeiros na costa brasileira. Assim o Projeto Português para o Brasil caracteriza-se por ser um projeto de transformação social e de organização produtiva, razão que fortalece sua importância para a consolidação e sucesso do projeto.

Uma das provas expressas e verídicas do Projeto Português é a Carta de Pêro Vaz de Caminha, é um relato dos acontecimentos do descobrimento, enviada ao Rei de Portugal logo após o descobrimento do Brasil.

Para atingir seu objetivo geral, o Projeto Português para o Brasil definiu algumas diretrizes e linhas operacionais. Com a constatação da riqueza e da grandeza da nova descoberta portuguesa – o Brasil – iniciou-se um processo lento, mas gradativo de povoamento de nossa terra.

O início do povoamento da colônia brasileira tem origem quando o rei D. João III organiza uma expedição comandada por Martinho Afonso de Sousa com o intuito de povoar a colônia, através da divisão da costa brasileira em diversas capitânicas, que seriam governadas por pessoas de confiança do rei. A esquadra parte de Portugal em 5 navios, trazendo a bordo 400 pessoas e instrumentos para implantar a produção e uma nova fase na colônia. Era o início de uma nova vida, a constituição de uma nova sociedade e de uma estrutura social e administrativa, pois até então não existia no Brasil.

Os relatos de expedicionários, demonstrando a riqueza da nova conquista portuguesa contribuíram para despertar no povo português o interesse e seu espírito aventureiro, na conquista e povoamento das novas terras. Isso fica bem evidenciado no prólogo da obra de Gândavo que expõe

Minha intenção não foi outra senão denunciar em breves palavras a fertilidade e abundância da terra do Brasil, para que esta fama venha à notícia de muitas pessoas que nestes Reinos vive com pobreza e não duvidem escolhe-la para seu remédio.

Também Brandão (s/d, p.13) faz menção as riquezas do território brasileiro em suas obras ao afirmar que

(...) entre esta primeira povoação e a última de S. Vicente há muitas terras fertilíssimas, povoações, notáveis rios, famosos portos e baías capacíssimos de se recolherem neles e nelas grandes armadas.

E até Pêro Vaz de Caminha em sua Carta ao Rei D. João III manifesta sua contemplação

com a grandiosidade das terras descobertas e com a possibilidade de encontrar nelas riquezas para a Coroa Portuguesa.

O que ficou evidenciado nesse período de colonização e povoamento do Brasil é que esse não ocorreu de forma homogênea, apresentado de forma irregular, sendo que apenas foram povoadas algumas extensões do território brasileiro, sendo privilegiado a costa brasileira e esquecendo-se inicialmente o interior brasileiro.

Entretanto, é preciso lembrar que o êxito do Projeto Português no Brasil dependia em grande parte do Projeto Educacional Jesuítico, sendo este o alicerce da nova estrutura social e educacional do Brasil Colônia.

Os jesuítas e seu projeto educacional

A Companhia de Jesus era uma ordem religiosa da Igreja Católica, fundada na Europa em 1540 por Ignácio de Loyola. Era formada por padres designados de jesuítas, que tinham como missão catequizar e evangelizar¹ as pessoas, pregando o nome de Jesus. Os princípios básicos dessa ordem estavam pautados em: 1) a busca da perfeição humana através da palavra de Deus e a vontade dos homens; 2) a obediência absoluta e sem limites aos superiores; 3) a disciplina severa e rígida; 4) a hierarquia baseada na estrutura militar; 5) a valorização da aptidão pessoal de seus membros. São esses princípios que eram rigorosamente aceitos e postos em prática por seus membros, que tornaram a Companhia de Jesus em uma poderosa e eficiente congregação.

Com a descoberta pelos portugueses e espanhóis das terras da América, seu projeto foi ampliado e foram levados para as novas terras a fim de pregar a palavra de Deus entre os índios.

O movimento missionário mais vigoroso, mais dinâmico, que o ciclo litorâneo conheceu foi o movimento jesuítico: os seis jovens jesuítas que aportaram na cidade de Salvador em 1549 com Manuel da Nóbrega (1517-1570) começaram uma experiência pioneira nas Américas: os jesuítas só em 1586 passaram para Tucumán na Argentina e em 1576 para o México. Aqui no Brasil já começou em 1553 a famosa experiência dos aldeamentos. (...) Eles foram realmente pioneiros. Nóbrega tinha 31 anos quando chegou ao Brasil, Anchieta apenas 19. Eles chegaram com entusiasmo e o movimento da jovem província jesuítica do Brasil vai rapidamente crescendo até a violenta expulsão em 1759. (Hoornaert, 1992, p.46)

O projeto Educacional Jesuítico, não era apenas um projeto de catequização, mas sim um projeto bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função propor e implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira.

Para implantar seu projeto os jesuítas foram divididos e instalados em 4 capitânias já existentes na colônia: 1) na Baía de Todos os Santos, também chamada de cidade de Salvador; 2) na Capitania de Porto Seguro; 3) na Capitania de Espírito Santo; 4) a Capitania de São Vicente.

Ao analisarmos o Projeto Jesuítico para o Brasil colônia, devemos ter em mente que o mesmo, apesar de ter atingido satisfatoriamente seus objetivos iniciais, foi sendo conquistado gradativamente, com muitas dificuldades e esforços de seus membros.

Os mais ricos relatos do trabalho jesuítico no Brasil colônia e das dificuldades encontradas para consolidação de seu projeto estão contidos nas Cartas Jesuíticas, que pretendem mostrar, especialmente, as contradições existentes entre a sociedade portuguesa da época e a sociedade indígena. Dessa maneira, as Cartas Jesuíticas irão relatar as belezas, a natureza com a descrição pormenorizada da flora e da fauna da nova terra e a sociedade indígena existente com seus hábitos, seus costumes, suas crenças e sua alimentação.

Aqueles feiteiros de que já falei são tidos por eles em grande estimação, porquanto chupam aos outros, quando são acometidos de alguma dor, e assim os livram das doenças e afirmam que têm a

¹ Hoornaert (1992), afirma que no Brasil a pedagogia evangelizadora proposta pelos jesuítas realizou-se em função de duas tendências ao longo do processo de colonização: uma baseada na convivência e outra baseada na visita.



vida e a morte em seu poder. (Anchieta:1988,52)

O principal alimento nesta terra é a farinha de pau, feita de umas certas raízes que se plantam (a que chamam de mandioca), as quais, se se comerem cruas, assadas ou cozidas, matam; (...) isso substituí entre nós a farinha de trigo. Constitui a outra parte da alimentação as carnes selváticas, como sejam os macacos, as corças, certos outros animais semelhantes aos lagartos, os pardais, (?), e ouras feras; também os peixes dos rios, mas esses raramente. (Idem,53)

(...) pelo sertão; todos eles se alimentam de carne humana e andam nus; moram em casas feitas de madeira e barro, cobertas de palhas ou com cortiças de árvores; não são sujeitos a nenhum rei ou capitão. (Idem,55)

Os relatos apresentados, confirmam as grandes diferenças culturais existentes entre a sociedade portuguesa e a sociedade indígena e nos proporcionam a dimensão das dificuldades que serão encontradas pelos jesuítas para levar adiante seu projeto.

As principais dificuldades encontradas pelos jesuítas em sua caminhada para implantação de seu projeto podem ser divididas em: 1) a sobrevivência – podendo ser caracterizada pelas dificuldades em satisfazer suas necessidades físicas (alimentação) e por sua defesa contra os animais e os próprios indígenas da região; 2) a necessidade em conhecer o mais rapidamente possível a sociedade indígena, manter uma aproximação e comunicação com os índios, dificultada pelo grande número de idiomas falados.

O relato de Neves (1993) deixa bem claras as dificuldades encontradas pelos padres jesuítas.

Esses documentos nos mostram que a sobrevivência não se limitava ao ato de conseguir alimentos para se manterem vivos. Desprovidos inicialmente de conhecimentos da região, de instrumentos, ou mesmo de riqueza acumulada, tentando organizar uma forma nova de reprodução social, era necessário lutar para conseguir alimentos, era necessário armar-se e defender-se, construindo cercas e paliçadas, para se proteger dos constantes ataques de algumas tribos de índios mais ferozes; era necessário procurar forças para manter a saúde, pois não tinham os padres meios de evitar as doenças tropicais; era necessário especular e providenciar lugares para morar, no mínimo com água nas proximidades. Indispensável, também, conseguir roupas, ainda que esse fosse o artigo menos solicitado pelos Padres. Enfim, garantir a sobrevivência sob condições totalmente estranhas ou desconhecidas era uma tarefa difícil, lenta e dispndia muito trabalho! (p.38-39)

Primeiramente, é preciso compreender que antes de mais nada os jesuítas precisavam travar uma luta diária pela sobrevivência em uma sociedade, sociedade indígena, estranha e com valores contrários aos seus.

O que pois pertence à conservação da nossa vida, adquirimos com o trabalho das nossas mãos, com o bemaventurado apóstolo Paulo, para que não sejamos pesados a ninguém. (Anchieta,1988,p.54)

Com o intuito de manter uma comunicação mais harmônica, o que nem sempre foi possível nesse período, com a sociedade indígena os jesuítas utilizaram as seguintes estratégias: 1) aprendizagem da língua indígena; 2) a utilização de intérpretes, tanto índios como os próprios habitantes da terra.

Grande sabedor da língua dos índios, que nos trouxe valioso auxílio para a conversão dos infiéis, não só pela muita autoridade, que tem entre eles, como pelo exatíssimo conhecimento da língua. (Anchieta, 1988,p.48)

No entanto, e apesar de todas as dificuldades encontradas os padres jesuítas conseguiram colocar em prática seu projeto educacional, que na realidade não era se não um projeto de formação de uma nova sociedade.

O próprio Azevedo (1976), admite a importância do projeto educacional jesuítico para a história da educação brasileira, ao afirmar que

a vinda dos padres jesuítas, em 1549, não só marca o início da história da educação no Brasil, mas inaugura a primeira fase, a mais longa dessa história e, certamente, a mais importante pelo vulto da obra realizada e sobretudo pelas conseqüências que dela resultaram para nossa cultura e civilização. (p.09)



No entanto, não podemos concordar com o autor quando questiona o tipo de educação proposta pelos jesuítas para aquele momento histórico.

Mas, nem a partida, em massa, dos padres da Companhia, nem as reformas pombalinas, de tardia repercussão na Colônia, conseguiram quebrar a unidade social e cultural dada pela idéia religiosa e mantida pela mesma concepção de vida e de cultura e pelo mesmo regime social e econômico. O tipo de ensino e de educação, adotado pelos jesuítas – sistema aliás útil às necessidades de seu principal consumidor, a Igreja, e outrora organizado por ela -, parecia satisfazer integralmente às exigências elementares da sociedade daquele tempo, de estrutura agrícola e escravocrata, em que o estudo, quando não era um luxo de espírito, para o grupo feudal e aristocrático, não passava de um meio de classificação social para os mestiços e para a burguesia mercantil das cidades. (Azevedo, 1976, p.61-62)

O modelo de educação proposto, uma educação conventual, era adequado para o modelo de homem exigido pela sociedade em formação, uma sociedade civil. Nesse momento, ainda, não poderíamos admitir uma proposta de educação voltada exclusivamente para o comércio, mesmo porque ainda não tínhamos uma estrutura administrativa, social e produtiva idêntica a que tínhamos em Portugal.

Assim, concordamos com o pressuposto adotado por Neves (1993), que considera que o aspecto educacional se organiza em função da forma como os homens promovem e organizam sua ação no mundo.

Apesar das críticas que se pode colocar ao Projeto Jesuítico no período colonial brasileiro, é importante destacar, também, o papel desempenhado pelo mesmo e suas influências. Pois foram os jesuítas que inicialmente incorporaram os índios à "sociedade dos brancos", tornaram os índios "pessoas civilizadas", enfim contribuíram para a formação de uma nova sociedade. Os jesuítas vão dar um direcionamento na formação do homem necessário àquela sociedade existente no Brasil colônia.

Não se pode questionar e criticar o modelo educacional jesuítico tendo apenas como parâmetro de análise o modelo de homem a ser formado, pois o homem necessário para as necessidades daquele momento histórico não exigiam, ainda, um homem com as características do período capitalista, ou seja, o "homem do trabalho".

Trabalho e escola na primeira fase da colonização brasileira

Sendo o conceito de determinado objeto produzido historicamente, para compreendê-lo é necessário inseri-lo em sua época e entender seu significado histórico.

Cabe lembrar ainda que, na análise sobre as contradições presentes no conceito de trabalho dos jesuítas e dos indígenas é preciso estar atento ao detalhe de que as necessidades de cada grupo eram divergentes, e sendo as necessidades condicionadoras das atitudes e comportamentos dos homens é que teremos discursos e conceitos diferentes.

Ao analisar esse momento histórico, pode-se verificar que tanto o trabalho dos jesuítas, como o dos indígenas tinha como objetivo final à obtenção de um produto final, com valor-de-uso e destinado a suprir as necessidades imediatas. Entretanto, é preciso frisar que o trabalho realizado pelos jesuítas também tinha como objetivo a acumulação de riquezas, denotando aqui uma das diferenças fundamentais entre o conceito de trabalho dos jesuítas e o dos indígenas.

Os indígenas, que anteriormente ao descobrimento possuíam uma sociedade tribal, tiveram sua sociedade destruída em função da necessidade de criação de uma nova sociedade, pautada nos "valores portugueses". O trabalho para os indígenas apenas destinava-se a satisfação imediata de suas necessidades, seu trabalho era constituído da caça, da pesca, do recolhimento de ervas, da colheita de frutas, frutos e produtos da própria natureza. Seu trabalho cessava quando suas necessidades e de sua comunidade estavam satisfeitas, o restante do tempo era destinado à sua vida comunitária e ao lazer.



Com o processo de catequização dos jesuítas, foram impostas novas formas de convivência e uma nova estrutura social. O trabalho passa a ser fundamental, não mais apenas para sua sobrevivência mas também para a acumulação de riquezas e para suprir suas necessidades futuras.

Uma das preocupações dos jesuítas ao iniciarem seu projeto era com a questão da organização produtiva necessária para suprir as necessidades da nova sociedade, que se desenvolvia com grande rapidez, principalmente no que se refere ao crescimento de sua população.

Na realidade, a obstinação dos jesuítas para consolidação da nova sociedade tinha como preocupação fundamental

A forma velha de viver, sem trabalho e com prazer, é vista como pecado. Essa sociedade, tal como se encontra, precisa ser modificada. (Neves,1993,p.49)

Dessa maneira, o trabalho dos jesuítas era composto basicamente de: 1) o trabalho de catequização; 2) o trabalho de produção de bens para o próprio sustento e a acumulação de riquezas.

O trabalho de catequização, o principal e o motivo da vinda dos jesuítas para a colônia brasileira, destinava-se à transformação do indígena em "homem civilizado" e a subsequente formação de uma nova sociedade, baseada em novos valores e princípios.

Entretanto, esse trabalho de catequização não ocorreu de forma tranqüila, houveram diversos transtornos e conflitos entre os padres jesuítas e os indígenas que, muitas vezes, não aceitavam facilmente o processo de conversão em "homem civilizado", regido pelos hábitos portugueses.

Para atingirem seus objetivos os jesuítas utilizaram determinadas estratégias e práticas pedagógicas: 1) a utilização das expressões artísticas, como o canto, a dança, o teatro e a poesia; 2) os sermões; 3) as missas; 4) as procissões. Essa prática pedagógica, que acabou trazendo os resultados desejados, estava amparada por métodos coercitivos, como o uso da força e da violência, da opressão, dos castigos e do medo. Os jesuítas justificavam tais práticas por considerarem os indígenas seres irracionais, que deveriam se tornar seres dóceis, submissos e obedientes.

Neves (1993,p.155), afirma que a "Educação para a obediência era como um alicerce para a formação do hábito de trabalho e a definitiva expurgação dos antigos costumes.

Na prática, essa preocupação em tornar o indígena em "homem civilizado" e instituir o hábito do trabalho como princípio fundamental da nova sociedade, fez com que se consolidasse a base para a organização produtiva da colônia brasileira. Mesmo que incipiente, e em paralelo aos processos de "evangelização ou de educação" dos padres, no bojo da instalação de práticas produtivas, as profissionalizações vão sendo encaminhadas. Os padres ensinavam os ofícios que eram necessários à manutenção dos colégios, dos engenhos, das fazendas e do gado. Ensinavam as técnicas agrícolas, a carpintaria, a marcenaria, a tecelagem e a serralheria (ferraria). (Neves,1993,p.167)

Apesar da proposta jesuítica, na área educacional, não estar voltada para a formação do homem "apto" para o trabalho e para a produção, o que somente ocorrerá por volta do século XVIII, esta teve papel fundamental para alicerçar a estrutura produtiva da colônia brasileira.

Considerações finais

Os jesuítas, com seu Projeto Educacional, e os portugueses que vieram para a colônia brasileira em busca de riquezas, tiveram papel fundamental na formação da estrutura social, administrativa e produtiva da sociedade que estava sendo formada.

Partindo do pressuposto que o fenômeno educacional não é um fenômeno independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico, devemos analisar o projeto jesuítico levando-se em conta o desenvolvimento social e produtivo da época colonial. Assim,

pode-se supor que o modelo educacional proposto pelos jesuítas, que pretendia formar um modelo de homem, baseado nos princípios escolásticos, era coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação na primeira fase do período colonial brasileiro.

Considerando que nosso estudo se deteve sobre os primeiros 65 anos após o descobrimento da colônia brasileira, podemos supor que existiram duas concepções divergentes de trabalho: a concepção de trabalho dos jesuítas, destinada a produzir bens materiais e "civilizar" e "catequizar" os indígenas; e a concepção de trabalho dos indígenas – que viam o trabalho apenas como um instrumento para obtenção da sobrevivência e não como destinado à produção de bens. Ou seja, enquanto a concepção jesuítica de trabalho estava baseada nos princípios mercantilista e capitalista de produção, e buscava principalmente, a acumulação de riquezas; a concepção de trabalho dos indígenas visava apenas à satisfação de suas necessidades imediatas.

Intencionalmente ou não, os jesuítas proporcionaram através da catequização dos indígenas e da preocupação em torná-los "homens civilizados" e "aptos" para o trabalho, as condições iniciais para que a colônia brasileira pudesse organizar anos mais tarde sua estrutura produtiva e social.

Referências bibliográficas

- ANCHIETA, José de Anchieta. **Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões**. São Paulo, EDUSP/Itatiaia, 1988.
- AZEVEDO, Fernando de. **A transmissão da cultura**. 5.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1976.
- BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Cronologia: Diálogos das Grandezas do Brasil**. Coleção Clássicos e Contemporâneos. Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, s/d.
- FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial**. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. **Tratado da terra do Brasil: História da Província Santa Cruz**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980.
- HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da Igreja no Brasil: ensaios de interpretação a partir do povo - primeira época**. 4.ed. Petrópolis, Vozes, 1992.
- NEVES, Fátima Maria. **Educação jesuítica no Brasil-Colônia: a coerência da forma e do conteúdo**. Piracicaba, UNIMEP, 1993. (dissertação de mestrado)
- NOVAIS, Fernando A. **Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial – séculos XVI-XVIII**. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. 23.ed. São Paulo, Brasiliense, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Lizete Shizue Bomura Maciel

Email: newliz@mail.crea-pr.org.br

Mestre e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Trabalho Docente e Aprendizagem Escolar - GEPAE (UEM)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Professora do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Química da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Membro da Comissão Científica do evento científico "Congresso Brasileiro de Formação de Professores"

Membro da Comissão Organizadora e Científica do evento científico "Congresso Brasileiro de Docência e Pesquisa em Turismo"



Livros publicados:

MACIEL, Lizete Shizue Bomura e PAVANELLO, Regina Maria (Orgs.). Formação de Professores e Prática Pedagógica. Maringá: EDUEM, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Reflexões sobre a Formação de Professores. Campinas: Papyrus, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Currículo e Formação Profissional nos Cursos de Turismo. Campinas: Papyrus, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Desatando os nós da formação docente. Porto Alegre: Mediação, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Formação de Professores: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004. (no prelo)

Alexandre Shigunov Neto

Email: shigunov@presidentekennedy.br

- Administrador formado pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).
- Especialista em Economia Empresarial pela Universidade Estadual de Londrina
- Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UEM.
- Aluno especial do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (nível Doutorado)
- Coordenador do Curso de Administração da Faculdade Cenecista Presidente Kennedy - Campo Largo-Paraná
- Líder do Núcleo de Estudos Pedagógicos e Administrativos (NEPA)
- Coordenador geral do evento científico "Congresso Brasileiro de Docência e Pesquisa em Turismo"
- Coordenador geral do evento científico "Semana de Administração de Campo Largo"
- Editor da Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)
- Editor da Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)

Livros publicados:

SHIGUNOV NETO, Alexandre. Avaliação de Desempenho: as propostas que exigem uma nova postura dos Administradores. Rio de Janeiro: Book Express, 2000.

SHIGUNOV, Viktor & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de Educação Física. Londrina: Midiograf, 2001.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Reflexões sobre a Formação de Professores. Campinas: Papyrus, 2002.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Currículo e Formação Profissional nos Cursos de Turismo. Campinas: Papyrus, 2002.

SHIGUNOV, Viktor & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Educação Física: conhecimento teórico X prática pedagógica. Porto Alegre: Mediação, 2002.



MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Desatando os nós da formação docente. Porto Alegre: Mediação, 2002.

SHIGUNOV NETO, Alexandre & CAMPOS, Leticia Mirella Fischer. Manual de Gestão da Qualidade Total Aplicado aos Cursos de Graduação. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura/Forense, 2004.

MACIEL, Lizete Shizue Bomura & SHIGUNOV NETO, Alexandre. (Orgs.) Formação de Professores: passado, presente e futuro. São Paulo: Cortez, 2004. (no prelo)

Prof^o Msc. Alexandre Shigunov Neto
Coordenador do Curso de Administração
Faculdade Cenecista Presidente Kennedy
Núcleo de Estudos Pedagógicos e Administrativos (NEPA)
Rua Rui Barbosa, 541
83601-140 Campo Largo-Paraná
(41) 392-2211 Ramal 39
Email: shigunov@presidentekennedy.br